

**Parecer nº 122/97**

Data: 1997.12.17

Processo nº 293

**Requerente:** Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres - Lisboa.

1. O Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, por ofício com número de referência ilegível, datado de 18 de Novembro último, remetido à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), solicita que lhe seja "...facultado parecer sobre o pedido do Dr. Bernardo Pinheiro...".
2. Não especificando devidamente o pretendido nem invocando qualquer preceito aplicável da LADA, remete-nos para fotocópia de requerimento do Advogado, Dr. Bernardo Pinheiro, essencialmente por prever insistência face à resposta que a este foi dada pelo ofício 1.020, de 12.11.97, que, julga, não o satisfará.  
Juntou ao pedido os dois documentos citados.
3. Efectivamente, por requerimento não subscrito, o advogado citado, com escritório em Lisboa, invocando a sua qualidade profissional, nos termos do disposto nos artigos 63º do Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março (Estatuto da Ordem dos Advogados), 268º, nº 3, da CRP e 62º do CPA, solicitou "a emissão urgente de certidão de conteúdo integral" do "número de cartão de eleitor e cópia do assento de registo nos cadernos eleitorais, incluindo data de registo inicial e eventuais alterações subsequentes", respeitantes a um cidadão que identificou pelo nome e morada, e acrescentou pretender o acesso ao abrigo do artigo 70º, nº 1, do CPA e destinar-se a certidão solicitada " ... a fins graciosos".
4. Face às dúvidas de acesso suscitadas, o Presidente citado em 1 solicitou parecer jurídico à CCRLVT e subsequentemente à CADA, por sugestão daquela.

Entretanto, não deixou de dar resposta ao requerente, conforme ofício citado em 2, fornecendo-lhe apenas o elemento morada, que este já demonstrara conhecer no seu requerimento, e informou do carácter sigiloso da “...documentação do recenseamento eleitoral...”, consubstanciando, com esta resposta, no nosso entender, um indeferimento ou recusa expressa de acesso.

5. Observadas todas as circunstâncias expressas nos pontos antecedentes, importa saber se a CADA deve ou não produzir o parecer solicitado, tendo em conta:

- a) Que, quanto ao pedido, não vem invocada a LADA em qualquer um dos seus preceitos e parece mesmo inferir-se que o objectivo do requerente será o uso de meios de impugnação graciosa, não importando para o caso a invocação do artigo 62º do CPA;
- b) Que este tipo de pedido, sendo justificado normalmente para esclarecer dúvidas sobre acesso, no caso parece ter perdido oportunidade, uma vez que antecipadamente a Junta de Freguesia já expressou a sua recusa, sem sequer ter informado o requerente do pedido de parecer por ela formulado, que se considera feito ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 15º da LADA.

Ora, no respeitante à primeira questão, posto que se não invoque a LADA, particularmente o n.º 2 do seu artigo 15º, o Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, com o pedido, demonstra que lhe assistem dúvidas sobre a possibilidade de acesso e regime jurídico aplicável e, neste sentido, posto que não tenha formalizado o mesmo claramente, deve entender-se que pretende parecer ao abrigo daquele dispositivo legal.

Mas, independentemente do regime aplicável ao requerimento feito pelo Advogado Bernardo Pinheiro, que, aliás, pode beneficiar do estatuto profissional, mais favorável, a CADA entende dar o seu parecer, restrito à aplicação da LADA.

E no respeitante à questão exposta na alínea *b*) deste ponto 5, o pedido de parecer seria extemporâneo, visto que oportunamente foi dada resposta ao requerente que, como dissemos (veja ponto 4), se terá configurado num indeferimento expresso.

Neste caso, qual a relevância de parecer da CADA?

Cremos que só terá sentido se a entidade a quem se destina tiver como propósito satisfazer o interesse do requerente do acesso e não apenas estar dele munida, a aguardar simplesmente que esse interessado repita o pedido ou se manifeste por qualquer das formas de reclamação ao seu alcance.

Na primeira circunstância, o parecer da CADA poderá ainda tornar-se útil, apesar de não cumprido o disposto na alínea *d*) do artigo 15º da LADA (como deveria ter sido, tanto porque o Presidente da Junta de Freguesia de Prazeres não terá pretendido afastar de vez o acesso, como por se configurar como mais relevante a satisfação dos interesses do cidadão).

6. Face ao exposto, importa considerar se os elementos solicitados pelo Dr. Bernardo Pinheiro se enquadram no âmbito da possibilidade de acesso, nos termos requeridos, havendo que caracterizá-los em conformidade com os dispositivos da Lei n.º 69/78, de 3/11, do Recenseamento Eleitoral, e suas alterações, e da LADA.

Assim, tendo em conta a Lei do Recenseamento Eleitoral, particularmente o disposto no seu Capítulo III - "Operações do recenseamento", artigos 18º e seguintes, observa-se que os elementos relativos à inscrição são os referenciados no artigo 20º, em concreto o nome, filiação, data e freguesia de nascimento e morada (n.º 1) e eventualmente "número e arquivo do bilhete de identidade" (n.º 2), o que se processa através do preenchimento de verbete de inscrição, a que se referem os artigos 22º e 23º da mesma Lei.

Efectuada a inscrição, é entregue ao inscrito um “ cartão de eleitor, do qual constam obrigatoriamente o número de inscrição, o nome, a freguesia e o concelho da naturalidade, o número e arquivo do bilhete de identidade, se o tiver, e a data de nascimento” (cf. artigo 24º).

Quaisquer alterações decorrem dos ajustamentos previstos legalmente, por transferência de Inscrição (artigo 26º) e outros, de acordo com a lei, que não se apresenta como necessário desenvolver aqui.

7. Ora, quanto aos elementos necessários ao recenseamento, citados antes, e de que se obtêm os cadernos eleitorais, particularmente quanto aos previstos pelos números 1 e 2 do artigo 20º da lei em causa, mas tendo essencialmente em conta os requeridos, em nenhuma circunstância se pode decidir que se reportem à vida íntima ou contenham juízos de valor (ou semelhantes) que obstem ao acesso ou exijam medida especial para a sua realização.

De facto, constituindo apenas elementos de identificação pessoal, o seu conhecimento obtém-se por meios diversos, nomeadamente por certidões nos serviços de registos públicos e mesmo pela própria exposição, neste caso, a que os cadernos eleitorais estão sujeitos, nos termos do artigo 34º da Lei de Recenseamento, não tendo assim características de documentos nominativos e/ou de dados pessoais, nos termos previstos nas alíneas *b)* e *c)* do artigo 4º, da LADA.

Tais elementos integram-se no âmbito de documentos administrativos, em conformidade com a alínea *a)* do n.º 1 do artigo citado, pelo que o acesso se admite, directamente, nos termos do n.º 1 do artigo 7º da mesma LADA, a qualquer interessado, tornando irrelevante a referência à qualidade de advogado, que o requerente detém.

## **Conclusões:**

O parecer solicitado à CADA pelo Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, acerca do requerimento de acesso do advogado Bernardo Pinheiro, não foi claramente formulado nos termos da LADA, parecendo, mesmo, que o regime aplicável será o da LEPTA, diferente do da LADA, independentemente do regime profissional mais favorável de que o requerente beneficia. No entanto, em ordem ao esclarecimento futuro das juntas de freguesia em situações de invocação da LADA, considera-se que:

- 1º A Junta de Freguesia dos Prazeres pode sempre satisfazer o pedido do advogado, o que virá conferir utilidade a este parecer.
- 2º Face ao descrito nos pontos 6 e 7, considerando o disposto no articulado da Lei n.º 69/78, de 3 de Novembro, de Recenseamento Eleitoral, em confronto com a Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto - LADA, conclui-se que os elementos necessários à inscrição de cidadãos eleitores, previstos nos números 1 e 2 do artigo 20º, através dos verbetes previstos no artigo 23º, com vista aos cadernos eleitorais, e bem assim o número de cartão de eleitor, comprovativo da sua inscrição, são elementos de identificação pessoal, contudo fora da reserva da respectiva intimidade, não detendo qualquer juízo de valor ou apreciação que lhe determinem qualidade de dados nominativos ou de carácter pessoal, nos termos previstos nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 4º da LADA.
- 3º Por força desta última conclusão, os elementos “número de cartão de eleitor e cópia do assento do registo nos cadernos eleitorais, incluindo data do registo, inscrição e eventuais alterações subsequentes referentes...” ao cidadão em causa, são dados de carácter administrativo, em consonância com o disposto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 4º e, como tal, acessíveis a qualquer interessado nos termos do n.º 1 do artigo 7º, por uma qualquer das formas previstas no artigo 12º, todos da LADA.

## **Parecer**

Nestes termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, pronunciando-se nos termos da LADA, é de parecer que o advogado Bernardo Pinheiro, identificado no processo, tinha direito a aceder aos dados solicitados no requerimento formulado ao Presidente da Junta de Freguesia de Prazeres, em virtude de os mesmos se integrarem no conceito de documento administrativo, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4º, da Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, direito que mantém se reclamar ou vier a repetir o pedido, nos termos do n.º 1 do artigo 7º, por qualquer das formas previstas no artigo 12º da mesma Lei.

Pode, ainda, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia citada, querendo, completar a resposta que então deu àquele requerente, o que se sugere, dando completa utilidade a este parecer.

Lisboa, 17 de Dezembro de 1997

*Francisco de Brito* (Relator) – *Narana Coissoró*. – *Vasco Almeida* – *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral* – *João Labescat* – *Castro Martins* (Presidente).